**Principais infrações envolvendo Receituário Agronômico no Estado de Santa Catarina**

Prieto, A.F.1, Verissimo, M.A.A.2, Souza, G.P.de2, Gonçalves, D.V.1

1.Acadêmico de Agronomia, UFSC, arthurprietto@gmail.com; diego\_goncalves@cidasc.sc.gov.br

2.Engenheiro Agrônomo, Fiscal Estadual Agropecuário, Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC, verissimo@cidasc.sc.gov.br; gpedro@cidasc.sc.gov.br

**Resumo:** O objetivo deste trabalho foi analisar as principais infrações relacionadas à legislação de agrotóxicos e ao tema receituário agronômico, presentes no banco de dados de processos administrativos do Órgão Estadual de Defesa Agropecuária – CIDASC. O estudo foi realizado na CIDASC, Florianópolis, SC. Utilizou-se o banco de dados de processos administrativos do sistema SIGEN+, do período de 2016 a 2020. Dos 682 processos analisados, 40% apresentaram alguma relação com o assunto receituário agronômico, seja por venda sem receita ou por problemas nas receitas. As infrações mais recorrentes e comuns são diagnósticos equivocados, falso ou impossível, a falta de conhecimento do responsável técnico sobre a realidade do produtor rural, da cultura e área onde será aplicado o produto, ocasionadas pela displicência dos profissionais no momento da prescrição e emissão deste instrumento autorizador do uso de agrotóxicos.

***Palavras-chave:*** *agrotóxico, diagnóstico,**receituário, responsabilidade técnica.*

**Main infractions involving agronomic prescription in the Santa Catarina State**

**Abstract:** The objective was to analyze the main infractions related to pesticide legislation and to the topic of agronomic prescription, in the database of administrative processes of the State Agency for Agricultural Defense – CIDASC. The study was carried out at CIDASC, Florianópolis, SC. SIGEN+ system Database was used, from 2016 to 2020. Of the 682 processes analyzed, 40% had some relationship with the subject "agronomic prescription", either due to sales without prescription or problems in the recipes. The most recurrent and common violations are misdiagnosis, false or impossible diagnoses, the lack of knowledge of the technical responsible about the reality of the producer, the culture and the area where the product will be applied, caused by professionals´s carelessness at the prescription and issuance moment of this instrument authorizer of the use pesticides.

***Key words:*** *pesticide, diagnosis, agronomic prescription, technical responsibility.*

**Introdução**

O receituário agronômico possui a função de proporcionar e garantir uma produção de qualidade, por meio da prescrição e orientação técnica para utilização de agrotóxico ou afim, emitido por profissional legalmente habilitado. No Brasil, os agrotóxicos e afins só podem ser comercializados diretamente ao usuário mediante a apresentação da receita agronômica, conforme descrito na Lei Federal nº 7.802/89. O receituário deve conter informações técnicas corretas de como manusear e também alertar o produtor dos perigos desses produtos. A falta de acompanhamento técnico, fiscalização e controle de agrotóxicos faz com que a tomada de decisão do agricultor seja baseada apenas na produtividade, sem levar em conta fatores relativos à saúde e ao meio ambiente (SANTOS et al., 2017).

De acordo com a legislação, o engenheiro agrônomo, florestal ou técnico agrícola deve ir até a propriedade, fazer um diagnóstico da real necessidade de uso de agrotóxicos, para assim indicar o produto e dose, orientando o produtor (SANTOS et al., 2017). A dificuldade do suporte técnico, via profissional de assistência técnica, chegar até o produtor através de políticas públicas é um dos motivos que os leva a procurar a assistência direto no “balcão” da loja agropecuária, onde são adquiridos os agrotóxicos, o que acarreta muitas vezes em divergências de interesse, não levando em conta a real necessidade do uso do produto, contrariando as normas vigentes, a exemplo, o artigo 51 inciso VII do decreto estadual nº 1331/2017 (texto alterado pelo Decreto 1.037, de 19/12/2020):

*Art. 51. Para efeitos deste Decreto, considera-se infração o não cumprimento das seguintes disposições:*

*VII - prescrever agrotóxicos e afins com o devido conhecimento da realidade do usuário, do local de aplicação e da área de entorno, com diagnóstico correto, verdadeiro e possível, com a respectiva receita agronômica, devidamente preenchida e assinada, que deverá ser entregue ao usuário e de acordo com o art. 32 deste decreto (SANTA CATARINA, 2017).*

O objetivo deste trabalho foi analisar as principais infrações relacionadas à legislação de agrotóxicos e ao tema receituário agronômico, presentes no banco de dados de processos administrativos do Órgão Estadual de Defesa Agropecuária – CIDASC.

**Material e Métodos**

O estudo foi realizado no Órgão Estadual de Defesa Agropecuária - CIDASC, Departamento de Defesa Sanitária Vegetal - DEDEV, Florianópolis, SC. Utilizou-se o banco de dados de processos administrativos do sistema SIGEN+ da CIDASC relacionados a temática de agrotóxicos, os quais têm como base, ações de fiscalização em todas as regiões do estado de Santa Catarina, tendo como base 682 processos administrativos do período de 2016 a 2020, dos quais passaram pela análise na Câmara de Reconsideração Técnica - CRT em primeira instância. As infrações na legislação de agrotóxicos (Decreto Estadual 1.331/17) estão relacionadas aos mais variados motivos, como por exemplo armazenamento, comércio e uso destes produtos perigosos. Dentro desses motivos, estão os dispositivos (artigos, incisos e alíneas) envolvendo os receituários agronômicos, objeto do presente estudo. Os receituários são fiscalizados, basicamente, de duas formas, durante fiscalizações em propriedades rurais, quando os fiscais da CIDASC avaliam a propriedade, no todo, e confrontam com as informações contidas nas receitas emitidas para aquele produtor, e em auditorias de receituários agronômicos realizadas aleatoriamente dentro das informações enviadas eletronicamente à CIDASC. Para a análise, utilizou planilha com os 682 processos e suas informações relacionadas, tais como dispositivos infringidos, penalidades previstas e decisão de primeira instância. Utilizou-se a análise descritiva dos dados, primeiramente categorizou-se em três grupos de assuntos principais quanto à base das infrações; venda de produtos sem receita, problemas com a receita e outros assuntos (empresa sem registro, agrotóxico sem cadastro ou vencido etc). Em seguida, dentro do conjunto de processos “problemas com a receita”, foram levantadas as 10 principais situações (dispositivo legal infringido) mais frequentes envolvendo a prescrição e emissão de receitas agronômicas. Os resultados foram expostos por meio de gráficos, com porcentagem e valor absoluto.

**Resultados e Discussão**

Do total de 682 infrações envolvendo a temática agrotóxicos, no período de 2016 a 2020, foi possível categorizar em dois grupos de irregularidades envolvendo direta ou indiretamente receitas, isto é, 154 processos (22,6%) apresentaram algum tipo de problema com a receita, 121 processos (17,7%) com venda de agrotóxico sem receita, na maioria a receita não possuía assinatura do profissional responsável e 407 (59,7%) apresentaram outros motivos envolvendo o comércio, armazenamento e uso de agrotóxicos (Figura 1).

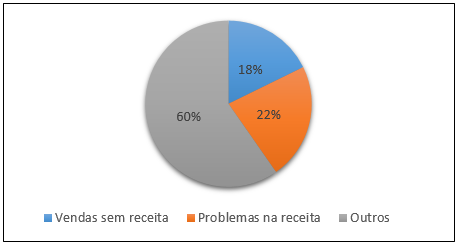


Figura 1. Processos administrativos área Agrotóxicos, 2016 a 2020, CRT - Cidasc.

Dentro dos processos envolvendo algum problema com a receita, foram constatadas as 10 infrações mais frequentemente identificadas pelas autoridades fiscais, conforme figura 2.



Figura 2. Número de citações dos dispositivos legais infringidos em processos da área de agrotóxicos vs. Dispositivo legal, conforme Decreto Estadual 1.331/17.

A principal infração envolvendo receituário agronômico remete ao diagnóstico incompatível com o problema real, da cultura /produtor, o qual foi citado em 133 processos. Essa problemática leva a maior exposição ao produto tóxico, tanto pelo produtor/aplicador, quanto para os consumidores (resíduos), e ademais, a aquisição de um produto não adequado para a situação indicada, com aumento dos custos de produção e riscos à saúde. De acordo com BATISTA, et al. (2015), o uso irracional de agrotóxicos está relacionado com a falta de conhecimento dos técnicos em relação ao manejo integrado, o que acarreta não só a não utilizar outros meios para prevenção ou controle dos alvos, como também a receita de produtos não indicados para o problema.

Sabe-se que muitos profissionais emissores de receita possuem algum tipo de vínculo com as empresas que vendem esses produtos e, segundo BOHNER et al. (2013), 73% dos trabalhadores rurais buscam na assistência técnica oferecida pelas empresas as informações necessárias para efetuar a compra de agrotóxicos, o que pode acabar impulsionando a indicação de produtos em relação a um comprimento de metas exercido pelo setor comercial.

De acordo com os dados na figura 2, podemos observar que a segunda infração mais citada está relacionada a culturas ou áreas onde serão aplicados os produtos, seguido pela falta do conhecimento da realidade do usuário, 103 e 88 processos, respectivamente, caracterizando diagnóstico impossível. Tal fato caracteriza a venda antecipada de agrotóxicos e, novamente, a venda de produtos e quantidades que os produtores solicitam, descontraindo a norma, que preconiza o conhecimento da realidade do usuário, do local de aplicação e da área de entorno, sendo proibida a sua prescrição sem as condições necessárias ao diagnóstico, observando a interação entre a cultura, o agente etiológico e o ambiente.

**Conclusões**

No presente estudo, constata-se que 40% das infrações, na temática agrotóxicos e que ocorreram no período de 2016 a 2020, estão relacionadas ao receituário agronômico.

As infrações mais recorrentes e comuns são diagnósticos equivocados, falso ou impossível, a falta de conhecimento do responsável técnico sobre a realidade do produtor rural, da cultura e área onde será aplicado o produto, ocasionadas pela displicência dos profissionais no momento da prescrição e emissão deste instrumento autorizador do uso de agrotóxicos.

**Referências Bibliográficas**

BATISTA, Ringo Souza et al. Percepção dos citricultores e técnicos agrícolas quanto ao uso dos agrotóxicos. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, v. 10, n. 2, p. 30, 2015.

BOHNER, Tanny Oliveira Lima; ARAÚJO, Luiz Ernani Bonesso; NISHIJIMA, Toshio. O impacto ambiental do uso de agrotóxicos no meio ambiente e na saúde dos trabalhadores rurais. **Revista eletrônica do curso de direito da UFSM**, v. 8, p. 329-341, 2013

RITTER, Juliano Goulart; DA SILVA, Fernando Felisberto; RUSSINI, Alexandre. Ação fiscalizatória e adequação da indicação, comércio e uso de agrotóxicos por agricultores da fronteira oeste do Rio Grande do Sul. **Tecno-Lógica**, v. 22, n. 1, p. 50-57, 2018.

SANTA CATARINA, Decreto n° 1.331 de 17 de outubro de 2017. Disponível em: http://www.cidasc.sc.gov.br/fiscalizacao/legislacao-2/. Acesso em: 20 de set. de 2021.